



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política

Onde está o conceito de crise no Livro I d’O *Capital* de Marx?

Daniel Guzzo Moratti¹

Resumo: A compreensão da crise capitalista a partir da teoria marxiana do valor muitas vezes é estudada a partir da noção de causa e efeito, como, por exemplo, nos casos das crises de superprodução, subconsumo, desproporção intradepartamental e a queda da taxa de lucro, no entanto, essas são as manifestações dos movimentos contraditórios do capital, não as suas reais causas. Nesse sentido, busca-se neste artigo trazer a compreensão da crise como momento negativo do capital, ao passo que, a partir da tese de Grespan (2012), ela deve ser compreendida desde as formas mais abstratas até seus momentos mais concretos, em que se aproxima da realidade concreta. A apresentação de conceito de crise ocorre do mesmo modo que o de capital, a partir da apresentação categorial e dialética. Dessa maneira, o primeiro volume d’O *Capital* de Marx será aqui investigado para destacar como se apresenta, em seus momentos principais, as possibilidades formais da crise, a partir do que Jorge Grespan apontou como seu caráter modal, onde ela aparece tanto como uma possibilidade quanto uma necessidade para o capital.

Palavras-chave: Crise; Desmedida; Dialética; Contradição;

Where is the concept of crisis in Book I of Marx’s *Capital*?

Abstract: The understanding of the capitalist crisis based on the Marxian theory of value is often studied based on the notion of cause and effect, as, for example, in the cases of the crises of overproduction, underconsumption, intra-departmental disproportion and the fall in the rate of profit, however, these are the manifestations of the contradictory movements of capital, not its real causes. In this sense, the aim of this article is to provide an understanding of the crisis as a negative moment for capital, while, based on Grespan’s (2012) thesis, it must be understood from its most abstract forms to its most concrete moments, in which it comes closer to concrete reality. The concept of crisis is presented in the same way as the concept of capital, based on a categorial and dialectical presentation. In this way, the first volume of Marx’s *Capital* will be investigated here in order to highlight how the formal possibilities of crisis are presented in its main moments, based on what Jorge Grespan pointed out as its modal character, where it appears as both a possibility and a necessity for capital.

Keywords: Crisis; Mismeasure; Dialectics; Contradiction;

Introdução

O conceito de crise muitas vezes é compreendido equivocadamente, como sinônimo de conflitos políticos, sociais ou como condições de anomalia econômica (GRESPLAN, 2004). A crise possui uma estreita relação com as distintas formas do capital, sendo parte de sua existência e um dos principais elementos para entender a sociedade moderna. De acordo com Grespan (2004, p. 179), “em geral, o problema se concentra na relação entre os vários significados da crise e, daí, no seu estatuto ‘modal’ – possibilidade, necessidade”.

¹ Mestrando em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). Contato: danielgmoratti@outlook.com

O *estatuto modal* da crise é permeado também pela contraditoriedade da lógica capitalista de reprodução e acumulação. Há interpretações divergentes sobre as crises econômicas: algumas concebem a crise como uma mera possibilidade externa ao ciclo do capital, decorrente de algum desequilíbrio; outras a encaram como uma necessidade inexorável (GRESPLAN, 2004). Entende-se as concepções equivocadas todas aquelas que não entendem a necessidade da crise mais sua possibilidade diante dos ciclos de reprodução do capital, como se segue:

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que, se a crise é manifestação da forma contraditória em que o capital se constitui, ela não pode ser algo *apenas possível*, isto é, de *ocorrência incerta* e sujeita a fatores externos, casuais. Como o lado negativo da valorização que define o capital, ela também é a ele imanente e, portanto, de *realização necessária*. Estão errados, portanto, todos aqueles cuja concepção de crise aponta para a mera possibilidade de sua efetivação, pois assim o capitalismo aparece como um sistema potencialmente harmônico. Isso não quer dizer, entretanto, que a necessidade da crise seja do tipo da *inexorabilidade*. O problema é que tal formulação contraria a princípio a definição de necessidade, como aquilo que não poderia ser de outra forma (GRESPLAN, 2004, p. 184 – grifos meus).

O presente artigo tem como objetivo mostrar e difundir um outro conceito da crise a partir das leituras d’O Capital de Karl Marx, seguindo o método de investigação e exposição que o autor faz para o conceito de capital, a partir de uma apresentação categorial, entendendo que esse conceito atinge mais determinações à medida que o conceito de capital também o atinge². O presente conceito nega a noção empírica de causa, atribuída por diversos teóricos marxistas que, ainda sim, trouxeram importantes contribuições.

Dessa forma, o conceito de crise é construído ao longo dos três volumes d’O *Capital*, sendo exposto não como parte de um processo histórico, temporal e positivista, mas, sim, a partir de um curso lógico e conceitual por meio do caráter dialético de desenvolvimento próprio do capital e da negação de uma categoria sobre a outra. Utilizar-se-á da discussão e apresentação categorial da crise por Jorge Gresplan em sua obra intitulada *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*, sendo considerada de suma importância para a apresentação do conceito de crise diante das determinações e sobredeterminações pelo movimento do capital.

² “À medida que a apresentação categorial reconstitui o conceito de capital como força totalizante, reconstitui também os momentos de efetivação desta força e da força contrária que igualmente lhe é intrínseca - a crise - desde a mera possibilidade até a necessidade” (GRESPLAN, 2012, p. 22).

Para tanto, além desta introdução, nas seções seguintes serão investigadas as possibilidades formais da crise através das abstrações categoriais das formas mercadoria e dinheiro, revelando a unidade existente entre compra e venda das mercadorias e sua separação violenta. Investiga-se também as contradições em torno da atuação do dinheiro e seus movimentos para se tornar capital, bem como o caráter desmedido que o capital possui ao se produzir em excesso, e mesmo assim negar a força de trabalho no processo produtivo. Entende-se, por fim, o caráter latente da crise durante o primeiro livro, e, portanto, a compreensão de que o capital, ao mesmo tempo, cria as condições para as crises e as resolve, ainda que em suas formas mais abstratas, nem por isso menos reais.

Circulação simples: a crise enquanto possibilidade formal

A partir da leitura d'O Capital, sabe-se que a mercadoria, forma elementar da riqueza, possui duas especificidades: servir, simultaneamente, enquanto valor de uso e valor de troca; e ser produto do trabalho, que se divide entre trabalho concreto e abstrato. Para Marx (1996), a contradição existente entre o caráter dual da mercadoria decorre da forma dual do trabalho, em que o trabalho concreto relaciona-se à produção de valores de uso, enquanto o trabalho abstrato está ligado à produção de valores de troca, isto é, para o mercado. Esse trabalho abstrato é o contrário imediato do trabalho concreto, no qual o valor aparece também como uma negação do valor de uso.

O dinheiro, nesse nível de abstração, tem como função ser meio de circulação ou moeda. Algumas “incompatibilidades” já se apresentam entre a forma-mercadoria e a forma-dinheiro, quando essas expõem contradições justamente por serem categorias puramente abstratas. Benoit e Antunes (2016, p. 51) explicam que isso se apresenta “quando a mercadoria, a forma determinada, particular e rígida da riqueza social deseja ser trocada pelo dinheiro”, sendo que esse último se manifesta como “a forma universal, indeterminada e fluida da riqueza social”. Assim, emerge a contradição entre a forma particular e a forma universal da riqueza.

No primeira seção do primeiro livro ainda aparecem as importantes formas-valor equivalente e relativa, que diz respeito ao fato de as mercadorias expressarem seus valores nelas mesmas e nas demais pelo fato de serem todas produto do trabalho humano. Nessa constituição contraditória das mercadorias, Marx (1996, p. 177 - grifo meu) afirma:

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que *se excluem mutuamente ou se opõem*, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. [...] A forma relativa [...] supõe, portanto, que alguma outra mercadoria a ela se oponha na forma equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria.

Percebe-se nessa passagem a maneira como as mercadorias conseguem ser trocadas e também como elas se encontram num só equivalente geral, o dinheiro. Todas elas possuem valor em sua essência, no entanto, com a mercadoria dinheiro, é diferente, fornecendo “apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria”.

Nesse complemento, Marx (1996, p. 216) afirma: “uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro”. A partir disso, Benoit e Antunes (2016, p. 56) entendem que o conflito que ocorre entre essas duas características mencionadas é “a possibilidade mais imediata e abstrata da crise”, que decorre do caráter dual que a mercadoria assume na sociedade capitalista.

Contudo, antes que as mercadorias estejam postas à troca ou venda, elas passam pelo processo de produção e, caso não sejam alienadas, todo esse processo produtivo corre risco de ser interrompido em razão da não realização dessa alienação.

Cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor, quer a sua própria mente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias (MARX, 1996, p. 209-210).

No que diz respeito ao seu caráter dual, a mercadoria é trocada por dinheiro no mercado pelo fato de que esse aparece enquanto equivalente geral de todas as demais mercadorias, fazendo com que essa diferença entre valor de uso e valor de troca se oponha, permitindo a troca da mercadoria pelo dinheiro, criando a primeira possibilidade de crise³ (MARX, 1996; BENOIT; ANTUNES, 2016).

³ “A crise da mercadoria pode, assim, metaforicamente falando, ser concebida como a crise entre dois amantes, em que o dinheiro não vê na mercadoria o grande amor de sua vida. O dinheiro não ama a mercadoria do mesmo modo que a mercadoria ama o dinheiro. A força da paixão da mercadoria pelo dinheiro é mais intensa que a força da paixão do dinheiro pela mercadoria, daí a crise constante entre

Na possibilidade de a mercadoria não realizar sua metamorfose em dinheiro, está dada, então, a primeira possibilidade de crise da mercadoria. Uma possibilidade ainda formal e abstrata mas que surge da contradição entre valor-de-uso e valor interiorizada na própria mercadoria, e da inevitável necessidade de ela se expressar externamente na forma de contradição entre mercadoria e dinheiro. Se a troca entre produtos fosse direta, de produto por produto (M-M), sem a intermediação do dinheiro, e não exigisse essa mudança de forma da mercadoria em dinheiro (M-D), não haveria nenhuma possibilidade de crise oriunda do sistema de trocas (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 60).

Sobre a mudança da forma-mercadoria, Benoit e Antunes (2016, p. 59) argumentam que “para a mercadoria esta conversão em dinheiro significa a passagem de uma forma inferior para uma forma superior de riqueza”, ao passo que a conversão do dinheiro em mercadoria ocorre o oposto, isto é, se torna uma forma inferior.

O dinheiro, no processo de circulação das mercadorias, aparece sobre duas atribuições, sendo “primeiro, como medida ideal do valor e, segundo, *post festum*, como realização efetiva do valor” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 65). Surge uma segunda possibilidade formal da crise, oriunda da função do dinheiro enquanto meio de pagamento, ou então, do dinheiro se apresentando como capital - diferentemente de antes, no qual era apenas meio de circulação.

A cisão entre venda e compra, explicada por Marx a partir desta oposição, é ainda mais profunda no caso do dinheiro funcionar não simplesmente como meio de circulação, mas como meio de pagamento. Aqui, a passagem efetiva da mercadoria para as mãos do comprador, e do dinheiro para as do vendedor, não é simultânea: o dinheiro aparece só nominalmente, no momento da entrega da mercadoria, como medida do valor desta, *para comparecer de fato apenas mais tarde, como pagamento da compra realizada antes*. [...] A diferença entre a existência ideal do dinheiro, na função de medida do valor das mercadorias, e sua existência real, na função de meio de circulação, apresenta-se como *uma oposição que pode conduzir a crises* ainda mais graves, devido ao *efeito potenciador do volume de trocas* que o dinheiro ganha como meio de pagamento (GRESPLAN, 2012, p. 54 – grifos meus).

Ao atuar enquanto meio de pagamento, o dinheiro obtido em uma venda permite a realização do valor de uma mercadoria e também sua quantificação (medida de valor), embora não necessariamente seja utilizado de imediato em outra compra, *separando-se, portanto, no tempo e espaço*. Além do fato de o dinheiro potencializar o volume de trocas no mercado, também atua enquanto dinheiro de crédito, reforçando o

ambos e a permanente ameaça de separação. ‘Como se vê, a mercadoria ama o dinheiro, mas *the course of true love never does run smooth* [o curso do verdadeiro amor nunca é suave]’, diz Marx citando ironicamente Shakespeare” (BENOIT; ANTUNES, 2016, p. 61).

caráter que ele já possui enquanto meio de pagamento, podendo separar as transações no tempo, tal como afirma Marx (1996, p. 256 – grifos meus):

O comprador retransforma dinheiro em mercadoria antes de ter convertido mercadoria em dinheiro ou realiza a segunda metamorfose da mercadoria antes da primeira. A mercadoria do vendedor circula, mas realiza seu preço somente sob a forma de um título de crédito de direito privado. Converte-se em valor de uso antes de haver-se convertido em dinheiro. Sua primeira metamorfose somente se realiza a posteriori.

Em Teorias da Mais-Valia, Marx destaca:

Estas são as *possibilidades formais* da crise. A primeira é possível sem a última - isto é, crises são possíveis sem crédito, sem o dinheiro funcionar como meio de pagamento. Mas a segunda não é possível sem a primeira, isto é, sem compra e venda se desconjuntarem. Mas no último caso dá-se a crise porque a mercadoria é invendável e ainda porque não é vendável em determinado espaço de tempo; a crise resulta, e deriva seu caráter, da impossibilidade de se vender a mercadoria e também da não realização de toda uma série de pagamentos que se apóiam na venda dessa determinada mercadoria nesse prazo determinado. Esta é a *forma específica* das crises monetárias (MARX, 1983, p. 949-950 - grifos meus).

O que resta são novas possibilidades de crise devido ao não pagamento imediato a outras mercadorias, que estão paradas no mercado esperando para serem compradas, enquanto parte do dinheiro é retirado da circulação, à espera do momento que seu dono irá destiná-lo a uma compra futura. Para tanto, o que aparece, como destacam Benoit e Antunes (2016), é a possibilidade de uma crise de insolvência, cujas mercadorias não alienadas no mercado implicam em um emaranhado de outras transações que são impossibilitadas de circular em razão de outras trocas não efetivadas e, portanto, também não realiza o valor produzido⁴.

O fundamento das crises na esfera da circulação simples de mercadorias, assim, está na dificuldade de vendê-las, o que aponta para o caráter distintivo do dinheiro como expressão universal do valor que sempre pode ser retido ou deslocado para outro lugar, interrompendo as transações correntes e, com isso, o fluxo de pagamentos. [...] Em uma crise, todos querem obter o dinheiro para ter acesso aos valores de uso que lhes satisfaçam as necessidades, e todos

⁴ “A possibilidade geral das crises se estabelece no próprio processo de metamorfose do capital e de dois modos: no tocante ao dinheiro na função de meio de circulação, compra e venda podem dissociar-se; no tocante ao dinheiro na função de meio de pagamento, em dois papéis distintos, o de medida dos valores e o de realização do valor, esses dois papéis podem romper a conjunção que os liga. Se o valor tiver mudado no intervalo, a mercadoria no momento de sua venda não valerá o que valia no momento em que o dinheiro serviu de medida dos valores e portanto das obrigações recíprocas, e a obrigação não pode ser preenchida com o produto da venda da mercadoria nem se saldar assim toda a série das transações que retroativamente dependem dessa única operação. Se não se puder vender a mercadoria ao menos num determinado período, embora seu valor não tenha variado, o dinheiro não poderá funcionar como meio de pagamento, uma vez que tem de servir como tal em prazo determinado, pressuposto. Uma vez que aí a mesma soma de dinheiro funciona para uma série de transações e operações recíprocas, há insolvência não só num ponto, mas em muitos. Daí a crise” (MARX, 1983, p. 949).

querem se desfazer das mercadorias que produziram, pois não as produziram para seu próprio consumo e sim para vender e obter dinheiro (GRESPLAN, 2012, p. 55-56).

Uma das principais relações entre a mercadoria e o dinheiro existe através da compra (D-M) e da venda (M-D) das mercadorias, tal como mostrado anteriormente, cujas trocas, ou *metamorfoses* da forma-valor, apresentam-se enquanto fragmentos da unidade que existe no ciclo M-D-M'. Para Marx, esses processos de compra e venda das mercadorias aparecem como uma oposição no processo de produção de mercadorias, embora sejam complementares, pois somente com a venda pode efetuar uma compra - o oposto não é factível (GRESPLAN, 2012).

Assim, Marx (1996, p. 257) afirma que “na crise, a antítese entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é elevada a uma contradição absoluta”. Benoit e Antunes (2016) ainda destacam que as possibilidades da ocorrência de uma crise se tornam mais reais à medida que a análise de Marx n’*O Capital* sobre a circulação de mercadorias e o sobre o sistema de crédito estão mais desenvolvidos.

A velocidade da circulação do dinheiro enquanto meio de pagamento também permite a continuidade da cadeia que existe entre os compradores e vendedores. Dessa forma, à medida que essa velocidade se altera, mais se confirma a existência de uma unidade entre as duas formas, que se mostram mais ou menos frágeis e com a possibilidade de uma crise, ao estarem separadas no tempo (GRESPLAN, 2012).

Contudo, como aponta Gresplan (2012), não é apenas o processo de separação entre as duas fases que definem a crise nesse momento da análise, ao passo que não seria o caso das duas fases, de compra e venda, existirem autonomamente, em razão de sua necessidade de atuar conjuntamente dentro do processo de circulação de mercadorias.

Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode patentear de maneira violenta, como processo destrutivo. E justamente na crise que sua unidade se manifesta, a *unidade de elementos opostos*. A *independência recíproca* assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. A crise portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros (MARX, 1983, p. 936 - grifos meus).

Sendo assim, a crise surge quando rompe a unidade daquilo que deveria ser um só, mas que necessita ser independente, ao mesmo tempo, como parte do processo de circulação. Gresplan (2012) ainda afirma da importância de o *todo* representar a circulação de mercadorias, quando a autonomização das fases prescinde a unidade que contempla esse *todo*.

A crise não é, portanto, *meramente a autonomização possível de momentos diferentes* do processo de circulação. Ela é a evidência de que essa autonomização contraria a *unidade obrigatória dos momentos*, de que sem a complementaridade deles não ocorre a distribuição de produtos entre os membros da economia mercantil, de modo que estes últimos não teriam acesso aos produtos que desejam consumir. *Já que a compra e a venda constituem o nexos social básico entre tais indivíduos, elas não podem se autonomizar completamente sem romper este nexos.* (GRESPLAN, 2012, p. 61 – grifos meus).

Na passagem a seguir Marx destaca a percepção equivocada dos economistas ao entenderem a crise apenas como uma unidade, sendo que as crises, nessa perspectiva aqui apresentada, é unidade e separação, simultaneamente, uma contradição inerente da própria reprodução mercantil onde se apresenta a unidade entre a compra e venda das mercadorias.

Por isso, os economistas que negam a crise insistem na unidade dessas duas fases. Se elas, sem serem uma unidade, fossem apenas separadas, seria impossível justamente uma restauração violenta de sua unidade, ou seja, uma crise. Se fossem apenas uma unidade, sem estarem separadas, não haveria a eventualidade de as dissociar à força, o que também é crise. Esta é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade (MARX, 1983, p. 948-949).

Desse modo, incorre em erro quando se pensa que a unidade entre as duas fases faz parte de um percurso normal e que seu oposto seria, conseqüentemente, algo anormal. E tampouco são condições excludentes, como se a unidade não pudesse conviver com a separação e vice-versa, assim, “o aspecto de unidade não exclui a possibilidade de se desenvolver um processo de autonomização, levando a uma crise” (GRESPLAN, 2012, p. 64).

Do dinheiro ao capital: a desmedida da produção de valor e a possibilidade formal da crise

O método de exposição da teoria marxiana inverte a lógica utilizada pela economia política clássica e nela o dinheiro se torna finalidade do processo de circulação (D-M-D), tal como o capital, porém se diferenciam na forma que se apresentam no processo de circulação: “dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação” (MARX, 1996, p. 267).

Observa-se como Marx apresenta essas duas diferentes formas da circulação:

A forma direta de circulação de mercadorias é M-D-M, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, *vender para comprar*. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma D-M-D, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, *comprar para*

vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital (MARX, 1996, pp. 267-268 - grifos meus).

Observa-se aqui as formas extremas que o ciclo constitutivo do capital possui, isto é, dinheiro nas duas extremidades, intermediadas pela mercadoria. Para tanto, não se trata simplesmente de comprar para vender, mas *comprar para vender mais caro*, tal como Marx (1996, p. 268) diz também que “é agora evidente que o processo de circulação D-M-D seria insosso e sem conteúdo caso se quisesse, por intermédio de seu rodeio, permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro [...]”.

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo D-M-D não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. [...] A forma completa desse processo é, portanto, D-M- D', em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital (MARX, 1996, p. 271).

Agora, como aponta a exposição de Grespan (2012), há outra objeção quanto à exposição feita aqui e que deve ser considerada, pois se trata da percepção que o capital pode surgir da circulação, ao estar relacionado com o “comprar para vender mais caro”. Como Marx (1996, p. 279) afirma: “se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela”. Dessa maneira, caso a grandeza de valor final seja igual a inicial, “então não ocorre nenhuma formação de mais- valia”, não se tornando o valor, por isto, capital, porque não se valorizou.

A mercadoria e o dinheiro já não são as únicas formas que o capital nega em sua constituição, entrando agora nesse time também a força de trabalho, que constitui a valorização do capital, como afirma Grespan (2012).

A única coisa distinta do trabalho objetivado é o trabalho não objetivado, mas ainda se objetivando, o trabalho como subjetividade. Ou ainda, o trabalho objetivado, i.e., como trabalho presente no espaço, pode ser contraposto, como trabalho passado, ao trabalho presente no tempo. Como deve existir como trabalho no tempo, vivo, só pode existir como sujeito vivo, no qual existe como capacidade, como possibilidade; logo, como trabalhador. Por isso, o único valor de uso que pode constituir uma antítese ao capital é o trabalho {mais precisamente, trabalho criador de valor, i.e., trabalho produtivo} (MARX, 2015, pp. 334-335).

A oposição que o capital enfrenta é com o próprio trabalho, o qual é responsável pela sua própria valorização, aquele que faz parte de si e que é valor de uso para o capital quando empregado juntamente dos meios de produção, sendo o único responsável pela produção do excedente para que o capital continue se reproduzindo (MARX, 1996; GRESPLAN 2012; 2002). Apesar de se negar e se reafirmar através da força de trabalho, o capital nega também a própria produção de valor, ao passo que possui um caráter que o dá destaque à constante produção de valor.

O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. *O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou.* Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista (MARX, 1996, p. 347 - grifos meus).

O capital aparece então enquanto uma fonte inesgotável de valor que é criada inicialmente, e depois cresce a partir desses, pelas duas formas de capital - constante e variável. Os meios de produção que integram a parte constante, mas não criam valor, também são parte do trabalho humano, trabalho objetivado, trabalho morto que se contrapõe ao trabalho não objetivado, sendo fundamental à produção mercantil, uma vez que seus valores são transferidos através da força de trabalho (GRESPLAN, 2012; 2002).

Por mais que ele seja capaz de criar as condições para sua autovalorização, o capital não consegue estimar o necessário para produzir e extrair o excedente e, dessa maneira, se valorizar na “medida certa”. É ainda no primeiro volume d’*O Capital* que a categoria da *desmedida* se destaca enquanto uma forma de estabelecer limites para o crescimento do capital e da produção de valor (GRESPLAN, 2008; 2012; 2002).

Nesse sentido, a ininterrupta valorização do capital o coloca sobre situações delicadas como parte fundamental de sua reprodução, podendo, por ora, se valorizar acima de suas condições “normais”, abrindo a possibilidade para uma crise.

Mas o capital, como representante da forma universal da riqueza - do dinheiro -, é o *impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites*. Cada limite é e tem de ser obstáculo para ele. Caso contrário, deixaria de ser capital - o dinheiro que se produz a si mesmo. Tão logo deixasse de sentir um determinado limite como obstáculo, *mas se sentisse à vontade nele como limite*, o próprio capital teria degenerado de valor de troca a valor de uso, da forma universal da riqueza a uma existência substancial determinada dela. *O capital enquanto tal cria um mais-valor [mais-valia] determinado porque não pode pôr de uma vez um mais-valor [mais-valia] ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais mais-valor [mais-valia]. O limite quantitativo do mais-valor [mais-valia] aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor* (MARX, 2015, pp. 417-418 - grifos meus).

Dada a reprodução em escala ampliada do capital, ele estabelece seus limites a fim de superar sua própria medida de valorização, em que condiciona a reprodução para uma dada massa de capital e, a partir dessa, um excedente, onde esse torna-se o novo patamar para dar início a um novo processo de valorização. Essa busca incessante abre espaço para a desmedida e, por isso, um movimento de intensa produção em condições para além daquela que o capital consegue se valorizar, tendo sua desvalorização como uma das consequências.

É como se o próprio capital se valorizasse, pelo fato de ter adquirido a fonte de criação do valor. E esta fonte também é a medida do valor, o ‘trabalho abstrato’ que é determinado como ‘abstrato’ pelo movimento social das trocas de mercadorias, presidido pelo capital em seu interesse de lucro. A autovalorização que define o capital é, com isso, também automensuração: ao dominar a força de trabalho, o capital pretende dominar a capacidade de se medir, de fixar a medida de valor que lhe corresponde em um certo momento e que ele quer e precisa superar enquanto valor que se valoriza. Medir-se, então, é algo crucial para o capital (GRESPLAN, 2008, p. 9).

Assim, a partir dessa dinâmica de tentar se livrar e necessitar dele como única medida de valor, ele nega sua própria essência, além do desejo por uma produção ‘infinita’, tal que, somente ela é capaz de definir os limites e barreiras do capital, através da desmedida e da possibilidade de crise. Gresplan (2008, p. 11) argumenta que “todos os fenômenos derivados da negação do trabalho pelo capital, como a substituição de mão-de-obra por meios de produção, por exemplo, levam de algum modo à desmedida”.

Como a grandeza a ser delimitada não é meramente a do valor do produto, mas a da ‘produção excedente’ em que ‘todo o processo de acumulação se resolve’, sua medida só pode ser determinada pelo capital, que estabelece o limite desta grandeza e em seguida faz dela uma barreira a superar, isto é, que busca converter o valor excedente em base para nova etapa de acumulação (GRESPLAN, 2012, p. 105; MARX, 1983).

Esse movimento de automensuração ganha mais destaque ainda quando comparado com o caráter desmedido que o capital assume ao enfrentar seus limites. Se o capital não tivesse esse “impulso ilimitado” e nem as barreiras que cercam a valorização, então, não seria capital, afirma Marx. Cria também, progressivamente, o excedente da produção, embora não consiga se reproduzir ilimitadamente, encontrando, portanto, seu limite quantitativo.

O processo de produção capitalista passa a padronizar a produção em excesso, pois faz parte do seu objetivo final realizar todo o valor produzido, conforme Marx (1983). Contudo, tal produto excedente abre espaço para os fenômenos que se apresentam nas crises. Em outros termos, quando a nova quantidade de valor produzido

já não integra a massa de capital existente ou quando a valorização excessiva do capital age de maneira desmedida, falhando no estabelecimento da quantidade de valor que o novo capital necessita, isso abre possibilidade para as crises (GRESPLAN, 2008; 2012).

Marx dá ênfase ao *caráter latente* da crise, contrapondo-se, assim, à ideia reduzida de que as crises aparecem meramente por consequências exógenas ao sistema econômico. Esse caráter latente faz referência a algo oculto e que está potencialmente ativo, e é o que ocorre com a crise, que passa da possibilidade para a efetividade (GRESPLAN, 2012).

A possibilidade geral das crises é a metamorfose formal do próprio capital, a dissociação da compra e venda no tempo e no espaço. Mas esse processo nunca é a causa da crise, pois é apenas a forma mais geral da crise, isto é, a própria crise em sua expressão mais geral. Não se pode dizer que a forma abstrata da crise é a causa da crise. Quem pergunta por sua causa, quer saber precisamente por que sua forma abstrata, a forma de sua possibilidade, passa da possibilidade para a realidade (MARX, 1983, p. 950 - grifos meus).

A possibilidade de crise estabelecida anteriormente se tratava de um momento mais abstrato da passagem de uma forma à outra da mercadoria, isto é “a dissociação da compra e venda no tempo e no espaço”, na qual essa separação não pode ser a causa da crise, em que a forma abstrata não pode se deixar enganar com a causa da crise. Para a análise de Jorge Gresplan, então, acaba não sendo possível desenvolver o conteúdo das crises capitalistas a partir da circulação simples, pois essa não aponta a *causa* que culmina nas crises.

[...] não é possível ‘explicar’ a ocorrência de crises no quadro categorial da circulação simples, que fornece apenas a forma geral delas mas não a ‘causa’ que as faz irromper; elas aí permanecem enquanto ‘possibilidade formal’. Quando o conteúdo não se define mais do exterior, e sim do interior da esfera do valor, porém, ele é ‘conteúdo fundado’ na subjetividade do capital e fundante, por sua vez, da manifestação das tendências opostas que dele resultam (GRESPLAN, 2012, p. 115).

À medida que a forma-valor se autonomiza, que o conceito de capital se torna realidade e que o capital se torna a categoria central das relações econômicas, comprando força de trabalho e meios de produção, o conceito de crise também se altera. Ao caracterizar as crises capitalistas como inerentes à reprodução do capital, e a *necessidade* aparecer “como o que não pode ser de outro modo, como aquilo cujo contrário é impossível” (GRESPLAN, 2012, p. 117), aparece uma contrariedade: assim como existe uma tendência inerente ao capital para as crises, também existe uma tendência igual que nega tal necessidade, como afirma Gresplan (2012). Essa contradição diz

respeito às próprias formas de desenvolvimento do capital, pois o capital as cria e as resolve. Assim, no que diz respeito às crises, Marx diz que:

Em si, o simples processo de produção (imediatos) do capital nada de novo pode acrescentar aí. Para existir pura e simplesmente, supõem-se as condições. Por isso, na primeira seção sobre o capital - sobre o processo de produção imediato - não sobrevém novo elemento de crise. Considerado em si, está contido no processo de produção, porque este se apropria de mais-valia e por isso a produz. Mas este fato não pode evidenciar-se no próprio processo de produção, pois neste não cabe a realização do valor reproduzido nem da mais-valia. Essa realização só pode aparecer no processo de circulação, que em si é ao mesmo tempo processo de reprodução (MARX, 1983, p. 949).

Ao passo que as determinações da circulação simples se inserem na esfera da produção imediata do capital, o conceito de crise se altera, assim como o de capital. As crises aparecem, sobretudo, no rompimento forçado da unidade existente entre a produção e a circulação de mercadorias, ou então, na oposição mútua que faz necessária entre compra e venda. A valorização do capital, entre outros, enfrenta seus problemas de mensuração (desmedida), a automensuração por ser o sujeito das relações econômicas e também as contradições entre investir mais em trabalho morto frente ao vivo, negando a si próprio, sendo que esse é o responsável pela produção da mais-valia.

Considerações finais

O conceito de crise aqui se desenvolve como *negativo do capital*, desde a forma-valor, passando pela transformação da mercadoria em dinheiro, na circulação simples, bem como pela formação do capital. Nesses diferentes momentos é onde se definem as primeiras possibilidades formais da crise, que se efetivam ao passo que se desenvolve as demais categorias. A crise também é vista a partir da separação violenta da unidade contraditória entre as fases de compra e venda, que, em essência, são apenas uma, porém necessitam se separar para atingir as necessidades do processo de circulação e produção de valor. Diante da negação constante da força de trabalho, ganha destaque o impulso desmedido do capital em se autovalorizar, sendo, por isso, um elemento fundamental para sua reprodução e sua posição enquanto sujeito, que coloca as condições para a crise e, ao mesmo tempo, as soluciona.

A exposição do conceito da crise no primeiro volume d'*O Capital* de Marx aparece como relevante para as pessoas pesquisadoras que possuem uma leitura equivocada do que é a crise capitalista ou até mesmo para aquelas que não percebem na leitura desta obra que esse fenômeno já está presente ali, mesmo que em sua forma mais

abstrata e como uma possibilidade formal. A crise é lida aqui a partir da tese de Grespan (2012), sendo apresentada a partir da própria exposição categorial que ocorre com o conceito de capital na exposição de todos os volumes da maior obra de Marx.

A crise é uma forma contraditória de existência do capital, que o nega e o reforça enquanto forma social, não podendo ser apenas uma possibilidade. Sendo a negação do capital e sua definição, a crise também precisa se concretizar, isto é, passar de potência a ato. Entretanto, a totalidade e a realidade são contraditórias e as determinações da crise acompanham o movimento do capital, refletindo as complexas relações da sociedade burguesa.

Referências

ANTUNES, Jadir. A dialética do valor em O Capital de Karl Marx. **Intuitio**, v. 5, n. 2, p. 184- 198, 2012.

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Paco Editorial, 2016.

CASALINO, Vinícius. O capital como sujeito e o sujeito de direito. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 2879-2922, 2019.

GRESPLAN, Jorge. A desmedida do capital. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 13, p. 7-16, 2008.

_____. A dialética do avesso. **Crítica marxista**, v. 14, p. 26-47, 2002.

_____. "Capital e crise: os desafios da teoria." **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo: Boitempo, p. 175-185, 2004.

_____. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. [Recurso Eletrônico] Boitempo editorial, 2015.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo I. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. **Teorias da Mais-Valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro IV, v. II, São Paulo: Difel, 1983.